

Os caminhos da Governança Pública

The paths of Public Governance

Los caminos de la Gobernanza Pública

Recebido: 13/12/2022 | Revisado: 26/12/2022 | Aceitado: 28/12/2022 | Publicado: 28/12/2022

Eden do Carmo Soares Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9681-4532>
Universidade da Amazônia, Brasil
E-mail: eden-jr@hotmail.com

Luciana Rodrigues Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7043-0765>
Universidade da Amazônia, Brasil
E-mail: luciana.ferreira@unama.br

Káty Maria Nogueira Moraes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7043-2704>
Universidade da Amazônia, Brasil
E-mail: katymnmoraes@gmail.com

João Ulisses Barata da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1849-4139>
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Estado do Pará, Brasil
E-mail: ulisses08@gmail.com

Anderson Lopes Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2538-9000>
Universidade da Amazônia, Brasil
E-mail: adm.anderson@hotmail.com

André Luiz Lustosa de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1370-2824>
Universidade da Amazônia, Brasil
E-mail: andrelustosa2@gmail.com

Resumo

O objetivo desta pesquisa é realizar um apanhado literário a respeito da Governança, com a perspectiva de se elaborar um painel histórico, conceitual, de elementos teóricos e destacar o itinerário que redundou na Governança Pública e na sua versão Eletrônica, para, dessa forma, qualificá-la adequadamente. Como recurso metodológico empregam-se a pesquisa bibliográfica e a revisão de leitura sistemática. Constatou-se que a constituição da Governança Pública, decorreu da alternância de modelos administrativos, da Administração Pública para a Nova Gestão Pública, e a partir de disfuncionalidades apontadas para esta última. Em um desdobramento da Governança Pública, a Governança Eletrônica incorpora fundamentos daquela, como o diálogo com a sociedade e o foco das ações governamentais no cidadão, e alia o uso de ferramentas eletrônicas de comunicação baseadas na internet para oferecer serviços com mais agilidade, transparência e eficiência, isso para parcelas maiores da população. Foram catalogados e descritos 16 tipos de Governança (como a Comunitária, a Corporativa e a Participativa) e mais de 30 características da Governança Pública (a exemplo de abertura, igualdade e legitimidade), que podem ser usados como subsídios para melhor detalhar esse movimento, bem como em investigações que queiram levantar suas propriedades essenciais.

Palavras-chave: Governança pública; Governança eletrônica; Governança; Gestão pública.

Abstract

The objective of this research is to carry out a literary overview about Governance, with the perspective of elaborating a historical, conceptual panel, of theoretical elements and highlighting the itinerary that resulted in Public Governance and its Electronic version, in order to, in this way, qualify it properly. As a methodological resource, bibliographical research and systematic reading review are used. It was found that the constitution of Public Governance resulted from the alternation of administrative models, from Public Administration to New Public Management, and from dysfunctions pointed out for the latter. As an offshoot of Public Governance, Electronic Governance incorporates its fundamentals, such as dialogue with society and the focus of government actions on the citizen, and combines the use of electronic communication tools based on the Internet to offer services with greater agility, transparency and efficiency, this for larger portions of the population. 16 types of Governance were cataloged and described (such as Community, Corporate and Participatory) and more than 30 characteristics of Public Governance (such as openness, equality and legitimacy), which can be used as subsidies to better detail this movement, as well as in investigations that want to raise its essential properties.

Keywords: Public governance; Electronic governance; Governance; Public administration.

Resumen

El objetivo de esta investigación es realizar un recorrido literario sobre la Gobernanza, con la perspectiva de elaborar un panel histórico, conceptual, de elementos teóricos y resaltar el itinerario que derivó en la Gobernanza Pública y su versión Electrónica, para de esta manera, calificarlo adecuadamente. Como recurso metodológico se utiliza la investigación bibliográfica y la revisión sistemática de lecturas. Se constató que la constitución de la Gobernanza Pública resultó de la alternancia de modelos administrativos, de la Administración Pública a la Nueva Gestión Pública, y de las disfuncionalidades señaladas para esta última. En una rama de la Gobernanza Pública, la Gobernanza Electrónica incorpora fundamentos de ésta, como el diálogo con la sociedad y la focalización de las acciones de gobierno en el ciudadano, y combina el uso de herramientas de comunicación electrónica basadas en Internet para ofrecer servicios con mayor agilidad, transparencia y eficiencia, esto para porciones más grandes de la población. Se catalogaron y describieron 16 tipos de Gobernanza (como Comunitaria, Corporativa y Participativa) y más de 30 características de la Gobernanza Pública (como apertura, equidad y legitimidad), que pueden servir como subsidios para detallar mejor este movimiento, así como en investigaciones que quieran elevar sus propiedades esenciales.

Palabras clave: Gobernanza pública; Gobernanza electrónica; Gobernancia; Gestión pública.

1. Introdução

A Governança é um dos gêneros de administração mais recentes, ainda em formatação e que necessita de mais esforços e estudos acadêmicos para melhor definir suas feições. Neste trabalho, é examinada a trajetória da Governança, e seus vários tipos, até chegar à Pública, e seu formato mais contemporâneo, e, para tanto, sendo feito um percurso na literatura – conforme autores como Osborne (2010), Bevir (2010) – no intuito de resgatar as principais características e propriedades desse modelo. Assim, se versará, de início, a respeito da Governança, com destaque para seu histórico e aspectos estruturais, os conceitos, os tipos, para, na sequência, abordar-se as Governanças: Pública e a Eletrônica.

O objetivo da investigação é realizar um apanhado literário a respeito da Governança, com a perspectiva de se elaborar um painel histórico, conceitual, de elementos teóricos e destacar o itinerário que redundou na Governança Pública e na sua versão Eletrônica, para, dessa forma, poder adequadamente qualificá-la. Primeiramente, será abordado como ocorreu o movimento histórico de modelos de administração que redundou no advento da Nova Governança Pública, que foi antecedida pela Administração Pública e pela Nova Gestão Pública. Após essa empreitada, segue-se para a conceituação e descrição dos variados tipos de Governança localizados na literatura. Na sequência, detêm-se no escrutínio da Governança Pública, elencando os fundamentos que a caracterizam, bem como, disserta-se sobre a Governança Eletrônica, suas definições e alicerces, isso tudo conforme estudos anteriores presentes na bibliografia consultada.

Na expectativa de alcançar os propósitos da investigação, o presente trabalho compõe-se de: introdução ora desenvolvida; descrição da metodologia adotada; percurso histórico da Governança, sua conceituação e tipos; reflexão sobre a Governança Pública, inclusive com suas principais características levantadas; discussão sobre a Governança Eletrônica; considerações finais; e por derradeiro, referências consultadas.

2. Metodologia

Quanto ao procedimento metodológico, o estudo é do tipo pesquisa bibliográfica, tendo como esteio material já publicado (artigos, teses e dissertações) e disponível na internet (Farias Filho & Arruda Filho, 2015). De acordo com Gil (2016), o benefício essencial da pesquisa bibliográfica é possibilitar ao investigador alcançar um volume maior de fenômenos, em relação àquele que poderia atingir pessoalmente.

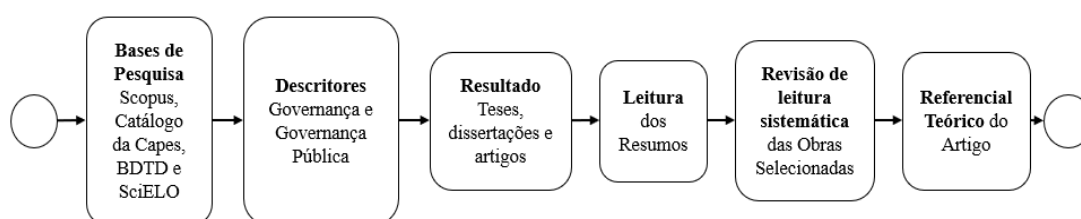
O ciberespaço atualmente é um dos mais relevantes meios de obtenção de informações, não podendo o pesquisador deixar de utilizá-lo. Os mecanismos de buscas são baseados no uso de programas de computador para a indexação de páginas da internet. Nesses são empregadas palavras-chaves para se realizar as pesquisas e ter acesso às publicações pretendidas (Gil, 2016).

Foram usadas como fonte de consulta a plataforma Scopus, o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Biblioteca Eletrônica SciELO, para localizar artigos, teses e dissertações,

a partir dos descritores: Governança e Governança Pública. Dessa forma, foram inseridos esses descritores, em português e inglês, nos campos palavras-chave e títulos nas buscas empreendidas nessas bases digitais, tendo como filtro inicial estudos publicados nos últimos 25 anos. O exame nesses sites, de acordo com os parâmetros instituídos, resultou na triagem preliminar de teses, dissertações e artigos. Na sequência, foi feita a leitura dos resumos dessas obras, com o intuito de separar aquelas que poderiam compor a construção do referencial teórico desta pesquisa. Assim, em prosseguimento, foi realizada a revisão de leitura sistemática, conforme preceitua Tybel (2018), daqueles trabalhos, que a partir de seus resumos, mostraram-se viáveis para integrar o alicerce teórico pretendido.

A Figura 1 demonstra o fluxo de atividades que redundou na seleção do referencial da pesquisa.

Figura 1 - Fluxo de atividades para seleção de referencial.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A partir da revisão de leitura sistemática dos trabalhos selecionados, pôde-se notar os autores mais frequentes na elaboração de obras a respeito dos temas Governança e Governança Pública, e que formam o núcleo de interesse essencial desta pesquisa.

No Quadro 1 são apresentados os descritores, os pesquisadores que mais atuaram e a quantidade de investigações desenvolvidas por eles sobre os respectivos assuntos.

Quadro 1 - Descritores e autores.

Descritores	Autores mais atuantes	Quantidades de Pesquisas
Governança e Governança Pública	Osborne	6
	Bovaird	4
	Bevir	2
	Kickert	3
	Meijer	2
	Pestoff	2
	Torfin	2

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Na sessão seguinte, serão abordados os resultados e discussão do levantamento realizado.

3. Resultados e Discussão

A partir da implementação do procedimento de pesquisa bibliográfica, consegue-se, conforme objetivos deste trabalho, resgatar a trajetória, conceitos e principais características definidoras das Governanças Pública e Eletrônica, esta um gênero moderno daquela. Dessa forma, nas seções seguintes serão tratadas do histórico da Governança, seus conceitos e tipos, além de deter-se na apreciação da Governança Pública, seus aspectos definidores e na análise da Governança Eletrônica.

3.1 Da Administração Pública à Nova Governança Pública: aspectos históricos e estruturais da Governança

O fenômeno do aparecimento da Governança tem interpretação heterogênea, conforme vários estudiosos. Nesse aspecto, uma visão que se impõe como consolidada e das mais preponderantes é a da Osborne (2006), ao avaliar que o advento da Nova Governança Pública (“New Public Governance”/NPG) foi um desdobramento de modelos anteriores – Administração Pública (“Public Administration”/PA) e Nova Gestão Pública (“New Public Management”/NPM) – em que se deu, inclusive, o entrelaçamento de algumas peculiaridades desses.

A Nova Gestão Pública, conforme Osborne (2006), estava mais voltada para aspectos como a busca por eficiência, atuação no ambiente no livre mercado e a utilização de métodos da administração empresarial. Nessa linha, Kickert (1997) compreende que esse padrão também estava orientado pelo aspecto comercial e de mercado.

Várias críticas foram estabelecidas em relação à Nova Governança, como a de que essa tinha atenção somente para dentro do governo, olvidando-se de questões do ambiente exterior (Metcalf & Richards, 1991, conforme Osborne, 2006). Ainda, que nessa havia a transferência, sem maiores cuidados, de métodos da gestão comercial para a pública (Kickert, 1997), ou que, o ambiente em que opera uma entidade pública é diferente daquele em que atua uma empresa, e esse aspecto deve ser, necessariamente, considerado (Kickert, 1997). Ademais, como expõem Sørensen e Torfing (2015), a Nova Gestão Pública não procurou estimular a colaboração entre as várias organizações e setores da sociedade. Esse conjunto censuras, foi um móvel para a proposição da Nova Governança Pública.

Os aspectos mais gerais da Governança Pública concentram-se em trabalhar num ambiente plural, de estabelecer relacionamento com parceiros fora do governo e em rede, segundo Osborne (2006) e Bevir (2013).

A seguir, tem-se mais minuciosamente, as razões, fundamentos e circunstâncias que levaram à erupção da Nova Governança Pública, segundo a compressão de vários investigadores.

A Nova Gestão Pública foi um período transitório na evolução da Administração Pública tradicional, para a Nova Governança Pública. Contudo, o modelo proposto de desenvolvimento em três estágios é uma redução, pois as características de cada uma dessas fases podem coexistir entre si ou se sobrepor (Osborne, 2006).

A Administração e Gestão Pública (“Public Administration and Management”/PAM) compreendeu três fases: a da Administração Pública, mais extensa e proeminente, que foi do final do século XIX até a transição da década de 1970 para a de 1980; a segunda, a da Nova Gestão Pública, que foi dessa época até o início do século XXI, e por último a emergente Nova Governança Pública. Dessa forma, o período da NPM foi sucinto e apresentou-se como uma mudança do modelo estatal e burocrático, caracterizado pela Administração Pública, para um outro nascente e plural, denominado Nova Governança Pública (Osborne, 2006).

As características mais relevantes da Administração Pública são: (i) supremacia do “Estado de Direito”; administração baseada em regras e diretrizes bem definidas; (iii) o corpo burocrático desenvolve função essencial na formulação e implementação das políticas públicas; (iv) a administração é embasada em organizações públicas; (v) compromisso com o orçamento incremental; e (vi) a hegemonia do servidor público profissional na prestação de serviços governamentais (Osborne, 2006).

A PA desenvolveu-se no final do século XIX, e atingiu o seu ápice no Reino Unido, na era pós-1945, na vigência do estado de bem-estar social. Nesse estágio, esperava-se que o Estado suprisse todas as necessidades sociais e econômicas dos cidadãos: “do berço ao túmulo” (Osborne, 2006).

A difusão Nova Gestão Pública, ocorreu mais fortemente a partir do final da década de 1970, e, dessa forma, a Administração e Gestão Pública assistiu ao surgimento de novas propostas. Segundo Thatcher (1995), essas recomendações enfatizavam a superioridade das técnicas gerenciais do setor privado sobre aquelas utilizadas na Administração Pública

tradicional e advogavam, que a aplicação desses métodos no serviço público resultava, prontamente, em ganhos de eficiência e eficácia (Osborne, 2006).

A Nova Gestão Pública tem como subsídio a economia neoclássica e a escolha racional, influenciada por autores como Tiebout (1956) e Niskanen (1971). Ela gera um Estado desagregado, no qual a formulação e a implementação das políticas públicas são separadas e, especialmente, a oferta de serviços públicos acontece por instituições apartadas do setor estatal e que concorrem entre si (Osborne, 2006).

A ênfase da Nova Gestão Pública é sobre os processos e gestão das organizações e busca a economia e a eficiência na produção dos serviços públicos. A NPM estimula a competição entre as instituições produtoras de serviço público, atua num mercado horizontal, e a sua Governança se dá em um ambiente de concorrência, orientado pelos preços e por relações contratuais. O pressuposto básico da NPM é o livre mercado é o contexto mais propício para a geração de serviços públicos (Osborne, 2006).

Os traços essenciais da NPM são: (i) reverência aos métodos de administração do setor privado; (ii) a ampliação de conceitos como “gestão prática” e da organização “onde você está”, onde a implantação das políticas públicas é separada dos formuladores dessas ações; (iii) ênfase nos líderes empreendedores; (iv) realce nos controles e avaliações de entradas recursos e saídas de serviços públicos e no gerenciamento por desempenho; (v) desagregação dos serviços públicos para suas unidades mais básicas e atenção no controle de custos; e (vi) ampliação da concorrência dentro do setor público e de contratações de terceiros para prestar serviços públicos (Osborne, 2006).

Na Nova Gestão Pública é realçada a orientação comercial e de mercado, além de serem enfatizadas às teorias e técnicas da administração do setor privado (Kickert, 1997).

A NPM sofreu críticas de diversas naturezas e advindas de vários estudiosos. Para Metcalfe e Richards (1991) a NPM voltava sua atenção para dentro do governo, esquecendo de um ambiente externo, que era cada vez mais diversificado e plural, e ainda, por utilizar técnicas ultrapassadas do mundo corporativo e que eram inaplicáveis ao setor público. Hood e Jackson (1991) entenderam que a NPM se tratava de um “desastre esperando para acontecer” (Osborne, 2006).

Para Rhodes (1997), a NPM mostrou-se limitada e unidimensional por não assimilar a natureza do setor público e deixar de contribuir para a gestão e Governança dos serviços públicos, das Organizações de Serviço Público – sendo essas tanto de natureza pública, quanto privada, ou mesmo órgãos não governamentais – isso em um mundo extremamente plural e pluralista (Osborne, 2006).

O “gerencialismo público” pode ser criticado do ponto de vista teórico, pela transfusão para o setor público de um padrão comercial de gestão. No aspecto empírico, a censura se dá por ele ser inadequado como descrição de prática administrativa. Ademais, a unilateralidade do “gerencialismo” é inoportuna para o setor público (Kickert, 1997).

A atmosfera do setor público difere daquela da esfera privada. A Administração Pública é pautada pela democracia política, e questões como as relações entre a sociedade e o governo, o convívio entre a política e a gestão pública e o significado da lei e da legislação. Todas essas diferem, em essência, dos temas do setor privado. Na administração empresarial não há teorias equivalentes para as que envolvem as relações entre políticos e burocratas. Considerando-se que o ambiente e o caráter das organizações são determinantes para o gerenciamento e estruturação dessas, a Administração Pública, necessariamente, deverá ser diferenciada da gestão privada, não podendo aquela ser uma imitação desta (Kickert, 1997).

A Nova Gestão Pública propiciou a inovação mediante uma mescla que reuniu ênfase nos resultados, licitações competitivas e empreendedorismo, porém não logrou fomentar a colaboração para fora dos círculos organizacionais e setoriais. De outro lado, o aprimoramento da inovação colaborativa no setor público recebe o nome de Nova Governança Pública (Sørensen & Torfing, 2015).

A Nova Governança Pública não é um paradigma para substituir a Administração Pública ou a Nova Gestão Pública e nem mesmo pode ser apontada como o melhor modo para suplantar os desafios da produção de políticas e serviços públicos no

século XXI. Em oposto, a NPG pode ser uma ferramenta conceitual para auxiliar no entendimento sobre essas dificuldades e da realidade da vida profissional dos gestores públicos (Osborne, 2010).

Conforme Osborne (2006), tendo em vista às críticas e disfuncionalidades apontadas para em relação à Administração Pública e à Nova Gestão Pública, é necessário questionar se existe a necessidade de apresentação de uma teoria mais holística para a Administração e Gestão Pública, que permita uma apreciação abrangente e integrada. A teoria proposta pode ser conceituada como Nova Governança Pública.

A Nova Governança Pública tem aspectos fortes advindos da Administração e Gestão Pública. Ela congrega características positivas da Administração Pública e da Nova Gestão Pública, admite a legitimidade e a inter-relação dos processos de formulação de políticas públicas e de prestação de serviços governamentais. Ainda a Nova Governança Pública propõe novos rumos, ao expor os desafios da Administração e Gestão Pública, num ambiente plural em que ocorre a disponibilização dos serviços públicos e, ademais, apresenta um eixo conceitual pertinente, pelo qual podem ser desenvolvidas novas teorias e pesquisas que impactaram a prática da PAM no século XXI (Osborne, 2006).

A Nova Governança Pública tem como sustentação as pesquisas sobre redes de Ouchi (1979) e Powell (1990) e os estudos de Tsai (2000) a respeito do capital social organizacional dentro da estratégia organizacional, bem como extrai ideias da literatura sobre marketing relacional de Grootenboer (1994). Dessa forma, a NPG pode utilizar proposições mais atuais da teoria de gerenciamento, que se concentram na “organização relacional”, em contraste com a Nova Gestão Pública, que está mais preocupada com as questões intraorganizacionais (Osborne, 2006).

Apesar da legitimidade das visões propostas para a Governança pelos vários autores, ela tem a possibilidade alcançar autonomia em relação aos outros modelos dentro da Administração e Gestão Pública. A Governança tem capacidade de abarcar as características da Administração e Gestão Pública dentro das complexidades plurais do século XXI (Osborne, 2006).

Uma organização pública não pode ser avaliada somente se alcança excelência nos seus serviços, mas também pela forma como desenvolve suas responsabilidades políticas, sociais e ambientais. Diante desse contexto, um conjunto de novas remodelações do setor público foram implementadas, e, foram denominadas reformas de Governança Pública (Bovaird & Löffler, 2003).

Os fundamentos para o surgimento da Governança são diversificados, entretanto, pode-se localizar nos movimentos da Governança Corporativa (manifesta-se a parti do final da década de 1980) e da Governança Local (aparece no início da década de 1980) os dois principais marcos do advento desse modelo (Bovaird, 2005).

No encerramento da década de 1990, as questões associadas à Governança fundiram-se num termo mais espesso: a Governança Pública. Esse novo conceito aliou um interesse na Governança Corporativa de agências públicas e outro na operação das redes de políticas, que alcançou todos as esferas do setor público (Bovaird, 2005).

A Governança ascendeu em meio a dois movimentos distintos de reforma do governo. O primeiro, embasado na economia moderna, no neoliberalismo e na Nova Administração Pública. O outro, tendo como eixo a sociologia contemporânea, a terceira via, a Governança conjunta, as redes e parcerias (Bevir, 2013).

O paradigma reformista ancorado no neoliberalismo criticou a burocracia e os funcionários públicos e exaltou o setor privado, que era tido como competitivo, eficiente e flexível. Contudo, os novos institucionalistas contestaram essa abordagem reformista, alegando que não era a solução para os problemas modernos. Eles afirmavam que, contemporaneamente, os formuladores de políticas públicas enfrentavam, sistematicamente, “problemas perversos” (como os de segurança, meio ambiente e pragas urbanas), que não são resolvíveis por métodos antigos, como a divisão e a especialização (Bevir, 2013).

Dessa forma, os institucionalistas assentiam com alegações neoliberais a respeito da natureza inflexível e não responsiva das hierarquias, entretanto, no lugar de fomentar os mercados, apontaram as redes como um instrumento flexível e que apresentam respostas satisfatórias, isso pois, os atores sociais atuam em relacionamentos estruturados. Para os institucionalistas,

a eficiência e a eficácia advêm de relacionamentos estáveis, que têm como peculiaridades a confiança, a participação social e as associações voluntárias (Bevir, 2013).

3.2 Governança: conceitos e tipos contemporâneos

Nesta seção e em suas subdivisões, segundo as pretensões desta investigação, serão tratados dos conceitos atribuídos pela literatura à Governança, bem como serão distinguidos e descritos os tipos mais recentes dessa variedade de gestão.

3.2.1 Conceitos de Governança

Como no caso dos determinantes e circunstâncias para o aparecimento da Governança, o conceito dessa encontra inúmeras definições, conforme as perspectivas dos autores que se debruçaram sobre o assunto. Há mesmo diferenças palpáveis entre a original Governança e um de seus produtos, a Governança Pública, tema de maior interesse deste trabalho.

Ademias, em investigação da literatura foi possível evidenciar um variado conjunto de espécies de Governança. Dessa forma, doravante, primeiramente será examinada a Governança, logo após a Governança Pública e posteriormente apresentados os tipos de Governança.

Conforme acima expressado, a Governança abarca diversas compreensões, a depender da ótica do investigador do fenômeno. O termo pode estar relacionado com organismos informais que atuam em benefício da sociedade, interações entre os ambientes políticos e sociais, produção de serviços públicos e atores que se conectam para interferir nas políticas públicas. Essa interpretação será vista a seguir. Rosenau (1992) entende a Governança por uma visão mais dilatada, que vai para além do governo, indo para organismos informais de atuação da coletividade. Meneguzzo (1997) encaminha a Governança para um sistema social e político, com interações de múltiplos protagonistas. Por outro lado, Bovaird (2005) a propõe como um relacionamento de sujeitos para intervir nas políticas públicas.

No que diz respeito à Governança Pública, Kickert (1997) a entende dentro da interconexão entre os cenários político e social, com a atuação de redes e sob diversidade das relações administrativas. Tanto Bovaird (2005) quanto Pestoff (2011), a vislumbram como a coligação de esforços de agentes da sociedade para a produção ou interferência nos serviços públicos.

Todavia, as passagens de textos destacadas adiante, proporcionam uma compreensão mais extensa e plural a respeito da conceituação propostas pelos autores para a Governança. A Governança é um processo mais amplo do que o governo, alcançado não somente instituições estatais, mas também outros mecanismos informais e não-governamentais, mediante os quais cidadãos e outras organizações atuam, suprem suas necessidades e desejos (Rosenau, 1992). Governança expressa a forma que tem um sistema social e político, como resultado das atividades e intervenções implementadas por diversos protagonistas que atuam nele. Isso sem que nenhum desses agentes exerça um papel claro de liderança, ocorrendo incontáveis interações entre os atores (Meneguzzo, 1997).

Alves (2022), inclinando-se para a acepção jurídica do termo, compreende que a Governança é relativa as interferências sobre o Estado, bem como a sua gestão, ao ambiente de direito em que esse transita e a sua soberania, que são trazidas pelas novas relações institucionais estabelecidas entre o governo e a sociedade, o mercado e organismos extra-estatais.

Xavier, Totti e Raddatz (2021) entendem que a Governança é um mecanismo que possibilita a colaboração, a partir da instituição de regimentos e fundamentos, que viabilizam o relacionamento e a cooperação mútua entre que protagonistas econômicos, sociais e políticos.

Wildberger e Gileá (2020) alegam que a Governança é a habilidade que tem o Estado de promover políticas públicas de modo adequado, a partir do engendramento de composições institucionais contemporâneas, pelas quais a sociedade civil tem o poder de participar decisivamente do planejamento, da execução e do monitoramento dos atos de gestão públicos.

Bovaird (2005) afirma que a Governança teve várias definições. Para o Banco Mundial (1989) ela é “o exercício do poder político para administrar os assuntos de uma nação”; a OCDE (1995) entende que trata-se da “soma das muitas maneiras pelas quais indivíduos e instituições, públicas ou privadas, administram seus assuntos comuns”; e o Instituto Canadense de Governança refere-se a ela como: “as tradições, instituições e processos que determinam como o poder é exercido, como os cidadãos recebem voz e como as decisões são tomadas em questões de interesse público”. Contudo, Bovaird (2005) advoga que a Governança é o modo pelo qual atores relacionam-se para interferir nos resultados das políticas públicas.

3.2.2 Tipos de Governança

Além da Governança Pública, pesquisadores também segmentaram a Governança em vários outros tipos. A exemplo de Osborne (2010), que entende haver a Governança Corporativa, “governança boa” e outros cinco subtipos de Governança Pública, ou de Bovaird (2005) que faz a distinção entre Governança Corporativa e local. Na sequência serão apresentadas, pormenorizadamente, os tipos de Governança localizados na literatura e os autores elaboradores dessas distinções.

A Governança ou Governança Pública não são termos novos, sendo que estudiosos identificam três escolas sobre essa: Governança Corporativa, “Governança Boa” e Governança Pública. A Governança Corporativa, segundo Cornforth (2003), lida com os sistemas e processos internos que proporcionam orientação e responsabilidade para as organizações. No caso dos serviços públicos, ela está atenta ao relacionamento entre os formuladores de políticas e os administradores das entidades públicas, a fim de viabilizar a implementação das ações estatais (Osborne, 2010). A “Governança Boa”, na leitura de Leftwich (1993) e Rhodes (1997), cuida da edição de normas de Governança Social, política e administrativa, oriundas de organizações supranacionais como o Banco Mundial. O resultado dessa circunstância, segundo Osborne e Kaposvari (1997), foi o prestígio de enfoques que valorizam o mercado como agente para alocação e Governança de recursos públicos (Osborne, 2010).

Por derradeiro, a Governança Pública é segmentada em cinco campos, conforme detalhado doravante. A Governança Sociopolítica (i), que se atem às relações instrucionais gerais da sociedade. Segundo Kooiman (1999) é necessário que essas relações sejam compreendidas completamente, para possibilitar o entendimento sobre a elaboração e implementação das políticas públicas. Nessa abordagem, o governo não é mais predominante no processamento das políticas públicas, e deve confiar em outros parceiros sociais para atuar nessa área. Na Governança de Políticas Públicas (ii) há preocupação do modo como elites e redes de políticas dialogam para construir e gerir as políticas públicas. A Governança Administrativa (iii) cuida do uso efetivo da Administração Pública e sua transformação para que possa dar conta das complexidades do Estado moderno. A Governança de Contratos (iv) lida com a operacionalização interna da Nova Gestão Pública e especialmente na em relação à prestação de serviços públicos. Segundo Kettl (1993; 2000), nesse contexto os órgãos do Estado ficam responsáveis por um sistema de oferta de serviços públicos sobre o qual têm controle limitado. A Governança de Rede (v) importa-se como as “redes interorganizacionais auto-organizadas” (Rhodes, 1997 e Kickert, 1993) atuam, com e sem governo, para prover os serviços públicos (Osborne, 2010).

Os movimentos da Governança Corporativa (manifesta-se a parti do final da década de 1980) e da Governança Local (aparece no início da década de 1980) estão entre os marcos do surgimento da Governança (Bovaird, 2005). Ainda no entendimento de Bovaird (2005), a Governança Corporativa tratou do comportamento das grandes corporações mundiais, que foram tidas como fora de controle por seus acionistas e pelos sistemas regulatórios aos quais estavam submetidas. Os escândalos econômicos da década de 1990, que solaparam essas organizações gigantescas, reforçaram essa percepção e estimularam entidades a expedir normas que enfatizaram a necessidade de fortalecimento das estruturas e processos de Governança Corporativa. Para esse mesmo autor, entre essas regras estavam: o “Relatório Cadbury” (1992 - Reino Unido), o “Relatório Dey” (1994 - Canadá), o “Relatório AFG-ASFFI” (1999 - França) e o “Painel Alemão de Governança Corporativa” (2000).

Para Labadessa, Rosini, Palmisano e Conceição (2020) a adoção de boas práticas de Governança Corporativa permite transformar fundamentos regimentais em proposições claras, de modo a possibilitar o ajuste de interesses, com o objetivo de manter e aprimorar os valores da organização, viabilizando a consecução de recursos e proporcionando a ampliação da vida dos negócios empresariais.

Sob outra perspectiva, a Governança Local adveio do entendimento de que a função do governo na liderança de mudanças urbanas em regiões dos EUA e da Europa era acanhada e que, em sentido oposto, as redes de políticas e a sociedade civil estavam exercendo papéis cada vez mais preponderantes nesse processo (Bovaird, 2005).

Em o Estado ausentando-se totalmente, ou parcialmente, da provisão de bens ou serviços públicos, podem aparecer oportunidades para novas experiências democráticas e modos de Governança Colaborativa e auto-organização dos cidadãos. A Governança Colaborativa pode ser seccionada em coprodução, produção comunitária e Governança Comunitária, categorias essas, que não são acabadas e nem mesmo podem ser diferenciadas claramente. Não obstante, essas classes propõem níveis diversificados de envolvimento e autonomia da sociedade em relação ao Estado na promoção de políticas públicas (Bevir, 2013).

Na coprodução os agentes estatais atuam conjuntamente com cidadãos para decidir, prestar e supervisionar serviços que são ofertados às comunidades. O Estado repassa, aos cidadãos e a organizações sociais voluntárias, funções na implementação e prestação de serviços públicos, como: educação, segurança, transporte e comunicação. O grau de coprodução muda conforme o envolvimento da sociedade numa ação. Em determinadas situações, o Estado toma a decisão e os cidadãos a efetivam. Em outras, a comunidade implementa as decisões e a supervisão dos serviços, e o Estado realiza a execução dos mesmos. Os Conselhos Escolares Locais, em Chicago, são exemplos de coprodução, nos quais os cidadãos participam da tomada e implementação das deliberações sobre os serviços que são prestados pelas escolas locais (Bevir, 2013).

Pela produção comunitária, o Estado transfere a execução de serviços para cidadãos que são beneficiários desses. O Estado pode, inclusive, criar, supervisionar e auxiliar no financiamento da produção comunitária. Todavia, é a comunidade que toma e efetiva decisões, e gerencia os serviços. A produção comunitária é mais utilizada para administrar recursos naturais, como é o caso do sistema de abastecimento de água de Taiwan. O Estado instituiu e monitora esse complexo, ainda assim, são os agricultores que o mantêm e o gerem mediante associações (Bevir, 2013).

Na Governança Comunitária os cidadãos instituem ações voluntariamente, e, dessa forma, eles enfrentam problemas mediante associações autônomas, e não por entidades sustentadas pelo Estado. A Governança Comunitária também é frequentemente empregada para gerenciar recursos naturais, como é o caso da água nas comunidades dos Andes bolivianos, que tradicionalmente é um recurso de uso comum (Bevir, 2013).

De acordo com Gbikpi e Grote (2002), a Governança Participativa estimula a atuação efetiva dos cidadãos que serão afetados por determinada política pública. Elinor Ostrom e o Workshop em Teoria Política e Análise de Políticas da Universidade de Indiana, elaboraram, na década de 1970, o conceito de coprodução, para designar o envolvimento dos cidadãos na produção de serviços públicos (Pestoff, 2011).

Parks et al. (1999) entendem que a coprodução se dá com a associação de ações desenvolvidas por agentes públicos e cidadãos, que contribuem para a prestação dos serviços públicos. Os primeiros são os profissionais “produtores regulares” e os segundos trabalham como voluntários, num sistema de “produção cidadã”, para aperfeiçoar a quantidade ou a qualidade dos serviços que recebem (Pestoff, 2011).

A Governança Compartilhada ou democrática está relacionada ao entendimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre um modelo de gestão que realça instituições públicas responsáveis e transparentes, um aparato de justiça que promova a solução pacífica dos conflitos, um Estado que resguarda o direito de todos na sociedade e possibilita a participação dos cidadãos nas tomadas de decisões do governo e estimula a integração de setores considerados relevantes da coletividade (Brow, 2003).

Segundo Ronconi (2011) a Governança Pública, reflete um desejo de implantar um moderno projeto democrático, que amplifique a participação social, o debate político, a negociação e a deliberação, com sustentação no diálogo e nos princípios de igualdade, pluralidade e publicidade. A Governança Eletrônica, na esfera pública, relaciona-se a um governo transparente, responsável, eficiente e voltado para o cidadão, usando como suporte as Tecnologias de Informação e Comunicação (Bindu, Sankar & Kumar, 2019). Após o empreendimento de revisão da literatura desta etapa, são apresentados no Quadro 2 a seguir os tipos de Governança catalogados, com os respectivos autores que engendraram essas variedades, bem como oferecidas as descrições de cada uma delas. Dessa forma, é possível observar a complexidade da temática, que está sustentada por estudos de cenários (Governanças Corporativa, Comunitária e Local, etc.), de processos (Governança de Contrato, Rede e Coprodução) e em adjetivos de qualificação em relação ao desempenho (Governança Boa, Compartilhada e Participativa).

Quadro 2 - Tipos de Governança, por descrição.

Tipos de Governança	Autores	Descrição
Administrativa	Osborne (2010)	Cuida do uso efetivo da Administração Pública e sua transformação para que possa dar conta das complexidades do Estado moderno
“Boa”	Leftwich (1993) e Rhodes (1997)	Cuida da edição de normas de Governança Social, Política e Administrativa, oriundas de organizações supranacionais como o Banco Mundial
Compartilhada Democrática	PNUD (2018); Brow (2003)	Estado atua de forma responsável e transparente, busca a solução pacífica dos conflitos e permiti a participação dos cidadãos e demais atores sociais nas decisões públicas
Comunitária	Bevir (2013)	Os cidadãos enfrentam problemas mediante associações autônomas, e não por entidades sustentadas pelo Estado
Coprodução	Bevir (2013)	Os agentes estatais atuam conjuntamente com cidadãos para decidir, prestar e supervisionar serviços que são ofertados às comunidades
Coprodução	Elinor Ostrom (1999); Parks <i>et al.</i> (1999)	Envolvimento dos cidadãos na produção de serviços públicos
Corporativa	Bovaird (2005); Cornforth (2003)	Lida com os sistemas e processos internos que proporcionam orientação e responsabilidade para as organizações
De contratos	Kettl (1993 e 2000)	Ocupa-se da Governança dos Contratos na prestação de serviços públicos
De políticas públicas	Osborne (2010)	Preocupa-se com o modo pelo qual as elites e as redes de políticas dialogam para construir e gerir as políticas públicas
De rede	Rhodes (1997); Kickert (1993)	Avalia como as redes interorganizacionais auto-organizadas atuam, com e sem governo, para prover os serviços públicos
Local	Bovaird (2005)	Redes de políticas públicas e sociedade civil exercem função importante nas atividades públicas
Participativa	Gbikpi e Grote (2002)	Estimula a atuação efetiva dos cidadãos que serão afetados por determinada política pública
Pública	Ronconi (2011)	Viabiliza a participação da sociedade na gestão, mediante diálogo e negociação, tendo como base princípios como igualdade e pluralidade
Pública Eletrônica	Bindu <i>et al.</i> (2019)	O governo usa ferramentas de TIC, para possibilitar que a gestão seja transparente e eficiente, tendo como elemento central de suas preocupações atender as demandas e necessidades do cidadão
Produção comunitária	Bevir (2013)	O Estado transfere a execução de serviços para cidadãos que são beneficiários desses
Sociopolítica	Kooiman (1999)	Aborda as relações instrucionais gerais da sociedade

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A seguir será tratado, de modo mais minucioso, da Governança Pública e de um desdobramento recente dessa, a Eletrônica, que, conforme as leituras realizadas, são relevantes para este trabalho. Isso por se tratarem de gêneros contemporâneos desse modelo de gestão, que dialogam com a atualidade e embutem uma gama significativa e variada de propriedades, que permitem explorar de modo mais rico o tema.

3.3 A Governança Pública

O primeiro gênero mais robusto, diversificado e atual da Governança, detectado pelos exames empreendidos nesta investigação e condizente com os propósitos dessa, é a Pública, é que será abordado detalhadamente a partir deste ponto, inclusive trazendo-se suas características, sendo que, na sequência, o debate confluirá para a Eletrônica. Como será visto na adiante, a percepção sobre a Governança Pública é dilatada, podendo envolver elementos de legalidade e legitimidade, entidades que se correlacionam para atingir objetivos comuns ou a formação de redes de atores para influenciar no governo. Governança Pública é mais extensa do que o “gerenciamento”, mobilizado e orientado pelo mercado. Ela está associada à legalidade e a legitimidade, bem mais do que a valores estritos de negócios. A Governança Pública, na qual é destaca a interação entre os contextos político e social, consubstancia-se numa atividade intrincada, que envolve redes complexas em setores sociais, na qual a orientação externa do ambiente político-social desempenha uma função relevante, assim como a heterogeneidade das relações administrativas (Kickert, 1997).

Governança Pública é a forma pela qual as partes interessadas interagem para afetar os resultados das políticas públicas. E a “Boa Governança” sugere a negociação das partes envolvidas numa área, para que se alcance os melhores resultados das políticas públicas, e que devem ser avaliadas permanentemente pelos atores interessados (Bovaird & Löffler, 2003).

Para Kissler e Heidemann (2006), ao final dos anos 1980 a Governança Pública ganha um novo conceito, que inclui não somente as ações estatais, mas também governos, organizações da sociedade civil e empresas privadas, que se coligam para o alcance de finalidades comunitárias (Salamon & Lund 1989, Rhodes 1997, Peters & Pierre 1998, Osborne 2006, Lynn 2012).

Dessa forma, no entendimento de Lynn e Malinowska (2018) a Governança varia entre uma gestão por redes de atores coligados, que pode incluir instituições públicas, mas que mantêm autonomia (Klijn, 2008), para outra, de movimentos coletivos, que funcionam fora da influência direta do governo (Frederickson, 2005).

No encerramento da década de 1990, um conjunto de conceitos como Governança Corporativa, Governança Local e Sociedade em Rede, se amalgamou no eixo mais largo da Governança Pública. A Nova Governança Pública é um regime ou paradigma que evidencia um maior engajamento do cidadão na coprodução de serviços públicos e uma forte participação do terceiro setor na oferta dos mesmos (Pestoff, 2011).

3.3.1 Características da Governança Pública

Mediante a leitura de um variado conjunto de autores, pode-se perceber as características que são mais peculiares à Governança Pública. Com o aprofundamento do exercício da análise dos textos, resta patente que as propriedades da Governança tendem para direções múltiplas, conforme a compreensão que os pesquisadores têm do fenômeno.

A respeito dessas concepções, se investigadores seguem uma perspectiva mais gerencial, vão enfatizar elementos como eficácia ou eficiência. Por outro lado, adotam-se uma visão de coletividade, exaltarão a participação e o trabalho em rede. Dessa maneira, apresenta-se adiante, a partir da leitura realizada, as principais características da Governança Pública identificadas.

Em oposição à Nova Gestão Pública, Haveri (2006) afirma que a Nova Governança Pública está assentada na sociologia organizacional e na teoria das redes e compreende o caráter fragmentado e indefinido da gestão pública no início do século XXI. Na Nova Governança Pública o Estado é tido como plural, onde inúmeros atores interdependentes contribuem para o fornecimento dos serviços públicos e os múltiplos processos alimentam o sistema de planejamento das políticas públicas. Os problemas interorganizacionais, a Governança dos Processos e a eficácia dos resultados dos serviços públicos são prioritários para a NPG (Osborne, 2006).

Conforme Bovaird (2006) e Teicher et al. (2006), a Nova Governança Pública realça o design e a avaliação dos relacionamentos interorganizacionais duradouros, pelos quais os instrumentos essenciais de Governança são a confiança, o capital relacional e os contratos relacionais. A Nova Governança Pública sugere um Estado tanto plural, no qual variados

protagonistas contribuem para a prestação dos serviços públicos, quanto pluralista, onde uma miríade de processos alimenta o sistema de formulação de políticas públicas. A NPG atenta para as pressões ambientais institucionais e exteriores, que facilitam e obstaculizam a viabilização de políticas públicas e de serviços públicos, isso numa atmosfera plural e pluralista (Osborne, 2010).

As relações interorganizacionais e a Governança dos Processos são dois pontos de concentração da Nova Governança Pública, que se preocupa com a eficácia e os resultados que dependem da interação das organizações que prestam serviços públicos com o ambiente em que atuam. A rede interorganizacional é o meio principal de alocação de recursos, e a responsabilidade deve ser negociada em níveis interorganizacional e interpessoal dentro dessas redes (Osborne, 2010).

Bem mais do que buscar a eficácia e a eficiência, a Governança Pública prioriza resguardar a legalidade e a legitimidade. No contexto da Governança Pública, há clara interação com o ambiente sócio-político, o olhar está voltado para além dos temas internos das organizações e direcionado para atividades complexas, que são norteadas por questões externas (Kickert, 1997).

A Governança Pública atua com a gestão de redes complexas compostas por esferas diferentes de governo (Federal, estadual e municipal), corporações políticas e sociais, grupos de pressão, instituições sociais e entidades privadas. O modelo da Governança Pública é influenciado por processos sociais que ocorrem numa rede de políticas públicas integrada por atores ecléticos, que têm objetivos e interesses diferentes e por vezes conflitantes. Nesse quadro, o governo não é o protagonista absoluto, que teria a prerrogativa de impor unilateralmente suas vontades (Kickert, 1997).

Na Governança há a intervenção do setor privado e de voluntários, tanto na prestação de serviços, quanto na implementação de decisões estratégicas. As responsabilidades são compartilhadas e as parcerias público-privadas passam a integrar os serviços públicos e o processo de tomada de decisão (Stoker, 1998).

Sob a ótica da Governança Pública é indispensável compreender o contexto institucional do Estado e da Administração. Esta última não pode ser separada de sua trajetória histórica e de suas tradições. Várias teorias e modelos de Governança Pública erram pela ausência de consciência histórica (Kickert, 2003).

A Governança procura partilhar o poder de tomada de decisão e proporcionar um instrumento para o desenvolvimento do bem de todos por intermédio do engajamento cívico (Bingham et al., 2005).

Bovaird (2005) assegura, que embora ocorram variações conforme o contexto de cada país, os seguintes princípios, em grande parte, são básicos para Governança Pública: (i) tomada de decisão democrática; (ii) envolvimento do cidadão e das partes interessadas; (iii) tratamento justo e honesto dos cidadãos; (iv) sustentabilidade e coerência de políticas; (v) vontade e capacidade de trabalhar em parceria; (vi) transparência; (vii) prestação de contas; (viii) inclusão social e igualdade (de oportunidade, de uso, de custo, de acesso ou de resultados); (ix) respeito pela diversidade; (x) obediência aos direitos dos outros; (xi) subordinação ao Estado de Direito; e (xii) capacidade de competir em um ambiente global.

Dois princípios individuais da Governança Pública não devem ser esquecidos. A corrupção, que pode ser retratada em painéis como “Índice de Percepção de Corrupção” da Transparência Internacional, e a dimensão na qual o cidadão pode atuar em associações da sociedade civil com a possibilidade de participar de decisões públicas (Bovaird, 2005).

Na Governança Pública as intuições do Estado não têm mais o encargo exclusivo de oferecer os serviços públicos. O Estado pode delegar serviços para a iniciativa privada ou atuar em parceria com atores sociais. O antigo Estado de serviço, na Governança Pública, transfigura-se em Estado coprodutor de bens públicos, mas que ainda é o responsável, em última instância, pela oferta das políticas governamentais (Kissler & Heidemann, 2006).

Na Governança Pública o Estado é um estimulador, que atua sobre a área privada e o terceiro setor com a finalidade de catalisar recursos e ativar as potencialidades da sociedade civil, por exemplo, o engajamento comunitário, resultando numa valorização da atividade particular e do terceiro setor ante o governo (Kissler & Heidemann, 2006).

Na Governança Pública não há distinção tão evidente entre Estado, mercado e sociedade. Pelo contrário, Estado, mercado, redes sociais e comunidades passam a desenvolver formas institucionais de regulação, que se articulam em arranjos diversificados (Kissler & Heidemann, 2006).

A Governança Pública congrega em arranjos de atores (redes, alianças, etc.) três lógicas diferenciadas: a do Estado (hierarquia), a do mercado (concorrência) e a da sociedade civil (comunicação e confiança). Contudo, tal afluência resulta na mercantilização do setor público, ou seja: a transformação do setor público em um empreendimento econômico (Kissler & Heidemann, 2006).

Bresser-Pereira (2008, p. 394) ao explicar sobre o modelo estrutural de gerência pública, que concebeu tendo como base a experiência da Reforma Gerencial do Estado de 1995 no Brasil e a reformulação admirativa inglesa, afirma que esse é um: “modelo de ‘Governança’ porque envolve outros atores, além do próprio governo, no processo de governar”.

Ocorre, portanto, uma profunda alteração no Estado, porque há constituição de parcerias público-privadas, para que serviços públicos, nas áreas social e científica, que são providos à comunidade, sejam prestados, de fato, por organizações não-estatais (Bresser-Pereira, 2008).

Na Governança Pública diversos protagonistas estão envolvidos na prestação de serviços de saúde, atendimento a idosos, educação, moradia, bem-estar, segurança, entre outros. Nas últimas décadas houve uma repactuação das relações entre o Estado e as organizações de terceiro setor, que ofertam bens e serviços públicos, como educação, moradia, saúde e serviços comunitários (Pestoff & Brandsen, 2010).

Princípios como foco em processos e resultados, coordenação, participação e coprodução, sustentam a Nova Governança Pública. A formulação de políticas é feita por cooperação, negociação e participação ativa das partes interessadas, que devem integrar seus conhecimentos, ideias e recursos. Um dos alicerces essenciais da Nova Governança Pública é que administradores públicos, sociedade e iniciativa privada participarão efetivamente da elaboração de políticas públicas e da prestação de serviços, se tiverem oportunidade de colaborar (Torfing & Triantafillou, 2013).

As reformas da gestão pública da década de 1990 em diante deixam uma margem de esperança para a democracia, tendo em vista que trouxeram novos atores para a Governança e proporcionou práticas inovadoras de Governança Colaborativa, nas quais os elaboradores das políticas públicas atuam em parcerias com a sociedade (Bevir, 2013).

A Nova Governança Pública enfatiza mais a participação do cidadão e a oferta de serviços sociais pelo terceiro setor, do que a Administração Pública tradicional ou a Nova Gestão Pública. A coprodução é um traço central da NPG, que resulta na combinação de agentes públicos e cidadãos na tarefa de prestação do serviço público (Pestoff, 2011).

Segundo Hirst (2002), a Governança propõe o repensar da democracia e buscar novos meios de controle e regulação, que prescindam de o Estado dispor do monopólio desses instrumentos (Pestoff, 2011).

Modelos contemporâneos de Administração Pública, trazidos por vários pesquisadores, como a Nova Governança Pública de Osborne (2006, 2010), a Governança Pública de Bovaird (2007) e o Novo Serviço Público de Denhardt e Denhardt (2008), compartilham características de centralidade da participação dos cidadãos na gestão pública, a coprodução e a prestação de serviços públicos pelo terceiro setor (Pestoff, 2011).

Contudo, há um risco potencial no estímulo à participação dos cidadãos na prestação dos serviços públicos, tendo em vista que essa ação pode redundar, inicialmente, em incisivo apoio e entusiasmo, mas, entretanto, se a promessa de influência do cidadão não se efetivar ou for manipulada, essa corre o risco de ser convertida em frustração, cinismo e afastamento da sociedade das atividades públicas (Pestoff, 2011).

As crises econômicas e fiscais, que afetaram diversas nações da década de 1970 em diante, levaram a Governança Pública a assumir novas características. Entre essas contemporâneas feições tem-se: a capacidade de ampliar redes e parcerias, a mobilização da sociedade para lidar com orçamentos mais enxutos e o fortalecimento da relação de atores internos e externos.

Isso para explicar como está se trabalhando com a austeridade, as razões do corte de despesas ou terceirização de serviços e os motivos da elevação de tributos (Grossi & Steccolini, 2014).

A pulverização provocada pela Governança Pública impõe novas questões para a prestação de contas e para a contabilidade estatal. Dessa forma, a Governança Pública requer que o setor público fortaleça a responsabilidade, a transparência, a abertura e a participação. Nesse contexto, os governos devem administrar, orientar e monitorar contratos e parcerias e com entidades públicas e privadas, além de participar de redes que almejem o interesse público (Grossi & Steccolini, 2014).

Dois questões devem ser realçadas no que diz respeito à Nova Governança Pública. A primeira, é que o processamento e a oferta dos serviços públicos devem ser examinados a partir de um paradigma amplo, que realce a Governança das Relações Interorganizacionais (e Intersetoriais) e a eficácia dos sistemas de prestação de serviços públicos (Lindsay et al., 2014).

A segunda, são teorias contemporâneas da administração pública que se originaram de pesquisas realizadas no setor manufatureiro e não no de serviço. Isso redundou em atenção em processos intraorganizacionais e sistêmicos e não sobre relacionamentos interorganizacionais e de sua Governança, que são traços atual dos serviços públicos. Enfim, a NPG trata da experiência das organizações que prestam serviços públicos nesse cenário (Lindsay et al., 2014).

De acordo com Lindsay et al. (2014), contemporaneamente, sob a Nova Governança Pública, a prestação de serviços públicos é determinada por elementos como: (i) fragmentação das necessidades nas sociedades pós-modernas; (ii) abordagens plural (englobando várias organizações) e pluralista (envolvendo diversos processos) na prestação de serviços públicos; (iii) necessidade de focar atenção na compreensão sobre a prestação de serviços públicos nas organizações públicas, nas comunidades locais, nos usuários dos serviços e em tecnologias rígidas e flexíveis; (iv) compreender novas habilidades gerenciais necessárias para a prestação de serviços públicos, como Governança, negociação de necessidades, entrega de serviços e de resultados; (v) perceber o papel dos usuários de serviços como coprodutores de serviços públicos (Osborne & Strokosch, 2013); e (vii) captação da lógica do setor de prestação de serviços, em vez daquela preponderante na área de fabricação de produtos, que é enfatizada pela NPM (Osborne & Strokosch, 2013; Radnor & Osborne, 2013).

A Nova Governança Pública volta-se para um ambiente onde opera um conjunto amplo de produtores de serviços públicos, em processos distintos de entrega desses e onde há destaque para a coprodução de serviços em colaboração com os usuários finais. Esse espaço redundou em um Estado mais complexo, no qual diversos processos e atores atuam em um sistema de produção de serviços públicos intrincado e relacional (Lindsay et al., 2014).

Com a Nova Governança Pública, as entidades governamentais operam num sistema aberto, com colaboração entre diversos atores, onde há necessidade de aperfeiçoar a comunicação e se atingir resultados conjuntamente com os parceiros (Greve & Pedersen, 2017).

Tendo como base de observação os autores apresentados, e suas respectivas ideias, tem-se como fazer adaptações, isso para uma melhor compreensão, e formular o Quadro 3 com as características mais representativas da Governança Pública e, conjuntamente, oferecer uma descrição sumária dessas:

Quadro 3 - Características da Governança Pública.

Características	Autores	Descrição
Abertura	Grossi e Steccolini (2014)	A atuação do Estado é pautada por mais abertura
Atores ecléticos	Kickert (1997)	A gestão pública é influenciada por processos que ocorrem numa rede de políticas públicas integrada por atores ecléticos, que têm objetivos e interesses diferentes e por vezes conflitantes
Controle e regulação	Hisrt (2002)	O controle e a regulamentação das atividades públicas não são realizados somente pelo Estado
Cooperação na formulação de políticas públicas	Torfin e Triantafillou (2013)	Ocorre cooperação, negociação e participação da sociedade na formulação de políticas públicas
Corrupção reduzida	Bovaird (2005)	O nível de corrupção é reduzido
Coprodução ou Pluralidade	Osborne (2006); Bresser-Pereira (2008); Osborne (2010); Torfin e Triantafillou (2013); Pestoff (2011); Osborne e Strokosch (2013); Lindsay <i>et al.</i> (2014)	Diversos atores/organizações (governo, sociedade, entidades civis organizadas, entre outros) contribuem para a prestação dos serviços públicos
Decisões compartilhadas	Stoker (1998)	Intervenção do setor privado, dos cidadãos e de entidades do terceiro setor no governo, de forma a produzir decisões compartilhadas
Decisão democrática	Bovaird (2005)	Intervenção do setor privado, dos cidadãos e de entidades do terceiro setor no governo, de forma a produzir decisões democráticas
Eficácia	Kickert (1997)	As metas do governo são alcançadas num maior nível
Eficiência	Kickert (1997)	Produção de bens e serviços públicos com eficiência, ou seja, conforme as metas estabelecidas e usando os insumos com a maior economia possível
Foco nos processos e resultados	Torfin e Triantafillou (2013)	A atuação do Estado é pautada pelo foco nos processos e resultados.
Fortalecimento de relação	Grossi e Steccolini (2014)	Há o fortalecimento da relação entre atores internos e externos do governo
Igualdade	Bovaird (2005)	A atuação do Estado produz a igualdade
Inclusão social	Bovaird (2005)	A atuação do Estado proporciona a inclusão social
Interação com o ambiente sócio-político	Kickert (1997)	Verifica-se a interação da Administração Pública com o ambiente sócio-político
Legalidade	Kickert (1997) Bovaird (2005)	A Administração Pública pauta sua atuação conforme as normas legais e somente inicia a promoção de ações se há disposição legal para tanto
Legitimidade	Kickert (1997)	A atuação da Administração Pública é legítima, ou seja, a sociedade entende e aceita que a conduta estatal é íntegra, moralmente e eticamente correta
Olhar para fora	Kickert (1997)	O governo olha para o ambiente externo
Participação de entidades	Bevir (2013); Bovaird (2005); Kissler e Heidemann (2006); Stoker (1998)	Ocorre a participação de entidades da sociedade civil na gestão pública
Participação do cidadão	Bovaird (2005); Torfin e Triantafillou (2013); Bevir (2013); Grossi e Steccolini (2014); Pestoff (2011)	Observa-se a participação dos cidadãos na gestão pública
Participação para o bem comum	Bingham <i>et al.</i> (2005); Greve e Pedersen (2017)	A participação do cidadão e das entidades da sociedade civil na gestão pública resulta no bem comum
Pluralismo	Osborne (2010); Lindsay <i>et al.</i> (2014)	Múltiplos processos interagem para formulação e prestação dos serviços públicos
Poder compartilhado	Bingham <i>et al.</i> (2005)	Intervenção do setor privado, dos cidadãos e de entidades do terceiro setor no governo, de forma que o poder torna-se compartilhado
Prestação de contas	Bovaird (2005)	A prestação de contas do Estado é aperfeiçoada
Relações interorganizacionais	Osborne (2010); Lindsay <i>et al.</i> (2014)	Processa-se a interação de organizações que prestam serviços públicos com o ambiente em que atuam
Relações intersetoriais	Lindsay <i>et al.</i> (2014)	Acontece a relação de diferentes setores para a prestação de serviços públicos
Respeito pela diversidade	Bovaird (2005)	A atuação do Estado respeita a diversidade
Responsabilidade	Grossi e Steccolini (2014)	A atuação do Estado é embasada em mais responsabilidade
Responsabilidades compartilhadas	Stoker (1998)	Intervenção do setor privado, dos cidadãos e de entidades do terceiro setor no governo, de forma a produzir o compartilhamento de responsabilidades
Restrição orçamentária	Grossi e Steccolini (2014)	A sociedade desperta para a questão de que o orçamento público tem recursos limitados
Transparência	Bovaird (2005) Grossi e Steccolini (2014)	A atuação do Estado é pautada pela transparência
Trabalho em parceria	Bovaird (2005)	Há vontade e capacidade para o trabalho em parceria no âmbito da gestão pública
Trabalho em rede	Kissler e Heidemann (2006); Grossi e Steccolini (2014)	Há um trabalho articulado entre vários atores (gestores públicos, sociedade, empresas, entidades do terceiro setor) para buscar o interesse público
Tratamento justo e honesto	Bovaird (2005)	A atuação da Administração Pública proporciona tratamento justo e honesto para os cidadãos

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O Quadro 3 trouxe as características da Governança Pública e as definições sobre essas, de acordo com a ótica dos pesquisadores consultados, e, na sequência, será tratado do modelo de Governança particularmente relevante para este estudo, que é um desdobramento da Pública: a Eletrônica.

3.4 Governança Eletrônica

A outra Governança a ser analisada pormenorizadamente, conforme os propósitos desta pesquisa, que se dá como um desdobramento atual da Governança Pública, é a Eletrônica, Digital ou E-governança. Essa é notabilizada pelo uso de recursos tecnológicos, que possibilitam a participação do cidadão na gestão governamental, mediante formulação e tomada de decisão, e ao final dessa interação, espera-se que serviços públicos mais adequados sejam disponibilizados para a sociedade.

Neste item são explorados aspectos indispensáveis para o entendimento da Governança Eletrônica, a exemplo de: seu conceito e elementos, quando se dá a sua efetivação, dificuldades para a sua implementação, suas finalidades e as repercussões de sua concretização. Ainda é tratada da formulação de sua variante, a Governança Eletrônica Democrática.

Conforme Schwester (2009), o conceito de Governança Eletrônica passa de estágios como a difusão de informações para operações on-line e, finalmente, para um sistema virtual de participação que possibilita o envolvimento dos cidadãos (Gupta; Suri & Singh, 2019). Para Baroi e Alam (2020) ela é um instrumento que promove o acesso dos cidadãos a sistemas eficazes de administração e divulgação de informações. No entendimento de Romansky e Noninska (2020) a Governança Eletrônica é um complexo de serviços eletrônicos colocados à disposição da sociedade (cidadãos, empresas, outras organizações etc.), que podem ser acessados remotamente e permitem a comunicação digital.

De acordo com investigação conduzida por Bannister e Connolly (2011), a Governança Eletrônica é conceituada por diversos autores e alguns elementos podem ser destacados nessas descrições, tais como: (a) serviços mediados por tecnologia; (b) processo que inclui o governo eletrônico; (c) modelo de governo; (d) possibilidade de capacitar os cidadãos; (e) utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) dentro do governo; (f) procedimento que envolve redes e relacionamentos; (g) TIC são empregadas para melhorar a qualidade dos serviços e a Governança; (h) dinâmica que aprimora a democracia eletrônica; e (i) a relação entre o cidadão e o Estado é mediada pela tecnologia.

O núcleo da Governança Eletrônica abarca, essencialmente, mudanças estruturais, que resultam em novas formas de Governança, isso em ambientes que utilizam redes sociais, comunidades on-line e mundos virtuais (Bannister & Connolly, 2011).

A Governança Eletrônica somente pode ser apropriadamente empregada, se, por exemplo, a tomada de decisão em um determinado processo dependesse de um indivíduo e, doravante, essa passa a ser automatizada. Dessa forma, sente-se uma mudança material na Governança, que pode ser entendida como Governança Eletrônica, isso pois, diversas partes que atuavam no processo foram eliminadas e a possibilidade de alterações de regras foi suprimida. O governo trata do “fazer” e as TIC ajudam a melhorar e simplificar essa tarefa. Em outra circunstância, a Governança relaciona-se com a estrutura abstrata das coisas que estão acontecendo, e alterar essa situação é uma ação bastante diferente (Bannister & Connolly, 2011).

A Governança Eletrônica consiste em envolver os cidadãos e outras partes interessadas e permitir que eles coproduzam serviços públicos, ao passo que o governo eletrônico entende a sociedade como consumidora desses serviços. A Governança Eletrônica realça a atuação dos cidadãos na promoção de políticas governamentais e na prestação de serviços. Dessa forma, ela envolve o emprego de tecnologias para inserir o governo numa rede com cidadãos e outras partes interessadas, que cooperarão na formulação de políticas e serviços públicos (Meijer, 2015a).

As pesquisas demonstram que servidores públicos e cidadãos não são motivados por estruturas tecnológicas, mas por instrumentos que produzem oportunidades tecnológicas de gerar valor público. A literatura sobre governo eletrônico reiteradamente despreza esse dado, que tende a desvincular a organização governamental da produção de valor público. A

tecnologia propriamente dita, raramente estimula o governo e os cidadãos. Dessa forma, é indispensável compreender a Governança Eletrônica em relação à contribuição dessa para a sociedade (Meijer, 2015b).

Existem alguns elementos essenciais para uma efetiva implementação da Governança Eletrônica, como a economia do país, a confiabilidade e adaptabilidade do usuário, a utilidade percebida e a vantagem relativa de promover a esse tipo de governança (Bindu et al., 2019).

Há problemas a solucionar quando se trata de implementar a Governança Eletrônica. Uma das questões essenciais a resolver é universalizar o acesso à internet. Possibilitar a oferta da internet indistintamente, fará com que a Governança Eletrônica seja levada para toda a sociedade (Baroi & Alam, 2020).

A finalidade da Governança Eletrônica é ampliar as funções tecnológicas, para que possibilitem as interações com os cidadãos, isso levando em consideração as necessidades e desejos da sociedade (Lee-Geiller & Lee, 2019).

Na maioria dos países, a Governança Eletrônica é estimulada, pois possibilita o fornecimento de serviços eletrônico eficazes aos cidadãos. A Governança Eletrônica utiliza a TIC para oferecer serviços governamentais eletronicamente ao público, para agências e empresas. A Governança Eletrônica promove a transparência, a eficiência e a qualidade dos serviços governamentais, reduzindo as diferenças entre os contextos urbano e rural e entre as parcelas mais abastadas e mais carentes da sociedade. A Governança Eletrônica evoluiu da informatização das estruturas de governo para realçar a prestação de serviços aos cidadãos (Gupta et al., 2019).

Diversos serviços on-line estão disponíveis para os cidadãos, como emissão de passaportes, marcação de passagens, declaração de imposto de renda e solicitação de certidões de nascimento e óbito. As páginas virtuais de Governança Eletrônica podem servir ainda para viabilizar consultas médicas ofertadas pelo governo, o download gratuito de livros e a proteção de dados e documentos. A Governança Eletrônica possibilita também o uso de redes de conversas em que os indivíduos podem tratar de temas sociais e políticos (Gupta et al., 2019).

Governança Eletrônica, em seu aspecto democrático, é uma interação permanente entre governo e cidadãos, com o uso de instrumentos de tecnologia nos processos de tomada de decisão e a solução de problemas, isso tendo como suporte princípios democráticos como transparência, prestação de contas e colaboração. O governo aberto, tendo como realce a transparência e a participação dos cidadãos, exhibe elementos importantes da Governança Eletrônica Democrática (Lee-Geiller & Lee, 2019).

Segundo Anttiroiko (2009), a Governança Eletrônica Democrática acopla três fundamentos conceituais: as TIC, como ferramentas, a Governança, como processo e democracia, no papel de princípio tácito (Lee-Geiller & Lee, 2019).

4. Considerações Finais

Segundo o intuito do estudo realizado, e os autores consultados, notou-se que a Governança seguiu uma longa trajetória histórica, assentada em outros modelos administrativos, até que pudesse alcançar o estágio de Governança Pública. Dessa forma, constatou-se que gêneros como a Administração Pública tradicional e a Nova Gestão Pública antecederam a Governança Pública. Compreendeu-se, que debilidades intrínsecas à Nova Gestão Pública, como: estar demasiadamente centrada em questões de mercado, desconsiderar as diferenças entre os ambientes público e privado, trazer indiscriminadamente métodos administrativos da iniciativa privada para o setor público, preocupar-se somente com aspectos internos do governo, sem perceber demandas da sociedade e ausência de interação com os cidadãos, redundaram na estruturação da Governança Pública.

A realização deste trabalho viabilizou a catalogação de 16 tipos de Governança localizados na literatura, que abrangem prismas diversos, como de cenários (Governanças Corporativa, Comunitária e Local, etc.), de processos (Governança de Contrato, Rede e Coprodução) e de adjetivos de qualificação em relação ao desempenho (Governança Boa, Compartilhada e Participativa). Dentre os tipos de Governança, podem ser realçadas a Comunitária, a Corporativa, a Participativa, além da Pública e da Eletrônica, que são objetos mais centrais para esta investigação. Nesse cerne, a Governança Pública, pode ser percebida

como o tipo de gestão governamental que empreende permanente diálogo e interação com a sociedade, acolhendo e resolvendo as demandas dessa, colocando o cidadão como elemento central e final de sua atuação. No ambiente da Governança Pública não somente órgãos estatais promovem e implementam as políticas e ações de governo, mas organismos e conselhos compostos por cidadãos, representantes da sociedade civil e do mundo empresarial, são convocados, permanentemente, para opinar, participar e viabilizar a administração e o fornecimento dos serviços ofertados à coletividade. Este estudo permitiu, outrossim, inventariar mais de 30 características vinculadas à Governança Pública, dispostas essas no Quadro 3, isso para melhor qualificá-la, sendo realçados e descritos traços desse modelo de gestão, tais como abertura, igualdade, legitimidade, participação, pluralismo, transparência e trabalho em rede.

Em relação ao gênero mais atual da Governança Pública, a Eletrônica, Digital ou E-governança, evidenciou-se que ele promove, assim como o primeiro, a interação do governo com a sociedade e possibilita, também, a participação e o diálogo do cidadão com a gestão, porém, com o forte uso da tecnologia da informação para esse propósito. Assim, uma gama variada de serviços governamentais tem sua oferta aprimorada e agilizada, com o emprego intensivo de ferramentas eletrônicas, possibilitando o alcance de maior parcela da sociedade, de forma mais rápida, eficiente, transparente e com qualidade, inclusive com a economia de recursos públicos. Contudo, um fato a notar, como requisito de utilização em larga escala da Governança Eletrônica, é a universalização do acesso à internet na sociedade.

As relações trazidas por esta investigação de tipos de Governança (com a descrição desses) e de características da Governança Pública (com a descrição dessas) não formam conjuntos acabados de atributos desse campo de estudo, contudo podem servir como rol caracterizador desse movimento, bem como ser usado em pesquisas futuras que necessitem levantar as propriedades essenciais desse modelo.

Para trabalhos futuros, sugere-se um aprofundamento no estudo sobre a Governança Eletrônica, no sentido de iluminar mais as particularidades dessa espécie de Governança, para delineá-la claramente e contribuir para a formatação desse mais recente gênero administrativo, que sofre impactos velozmente, isso por ter como eixo de sustentação a internet, fonte de constantes e rápidas inovações.

Referências

- Alves, A. L. A. (2022). Sobre a soberania e a governança: itinerários para a construção de novos conceitos. *Revista Novos Estudos Jurídicos*, 27(1), 22-48.
- Bannister, F., Connolly, R. (2011). New Problems for OLD? Defining e-Governance. *Proceedings of the 44th Hawaii International Conference on System Sciences*.
- Baroi, H. S., Alam, S. (2020). Operationalizing the Right to Information Act through E-Governance in Bangladesh: Challenges and Opportunities. *International Journal of Public Administration*, 1-14.
- Bevir, M. (2010). *Democratic Governance*. Princeton: Princeton University.
- Bevir, M. (2013). *A Theory of Governance*. Berkeley: University of California Press.
- Bindu, N., Sankar, C. P., Kumar, K. S. (2019). From conventional governance to e-democracy: Tracing the evolution of e-governance research trends using network analysis tools. *Government Information Quarterly*, 36, 385-399.
- Bingham, L. B., Nabatchi, T., O'Leary, R. (2005). The New Governance: Practices and Process for Stakeholder and Citizen Participation in the Work of Government. *Public Administration Review*, 65(5): 547-558.
- Bovaird, T. (2005). Public governance: balancing stakeholder power in a network society. *International Review of Administrative Sciences*, 71(2), 217-228.
- Bovaird, T., & Löffler, E. (2003). Evaluating the Quality of Public Governance: Indicators, Models and Methodologies. *International Review of Administrative Sciences*, 69(3), 313-328.
- Bresser-Pereira, L. C. (2008). O modelo estrutural de gerência pública. *Revista de Administração Pública*, 42(2), 391-410.
- Brow, M. M. (2003). Democratic Governance: Toward a Framework for Sustainable Peace. *Global Governance*, (9), 141-146.
- Brue, S., Grant, R. (2017). *História do pensamento econômico*. (8a ed.), Cengage Learning. 608 p.

- Farias, M. C. Fo., & Arruda, E. J. M. Fo. (2015). *Planejamento da pesquisa científica*. Atlas.
- Frederickson, H. G. (2005). *Whatever happened to public administration? Governance, governance everywhere*. The Oxford handbook of public management, p. 282-304.
- Gil, A. C. (2016). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (5a ed.), Atlas.
- Greve, C., & Pedersen, A. R. (2017). Denmark's Master of Public Governance program Assessment and lessons learned. *Teaching Public Administration*, 35(1): p. 22-37.
- Grossi, G. & Steccolini, I. (2014). Guest Editorial: Accounting for public governance. *Qualitative Research in Accounting and Management*, 11(2), 86-91.
- Gupta, A., Suri, P. K., & Singh, R. K. (2019). Analyzing the Interaction of Barriers in E-Governance Implementation for Effective Service Quality: Interpretive Structural Modeling Approach. *Business Perspectives and Research*, 7(1) 59–75.
- Kickert, W. J. M. (1997). Public governance in the Netherlands: An alternative to Anglo-American managerialism. *Public Administration*, 75(4): 731-753.
- Kickert, W. J. M. (2003). Histoire de la gouvernance publique aux Pays-Bas. *Revue française d'administration publique*, (105-106), 167-182.
- Kissler, L., & Heidemann, F. G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Rev. Adm. Pública*, 40(3), 479-499.
- Klijn, E. H. (2008). Governance and Governance Networks in Europe: An Assessment of 10 years of research on the theme, *Public Management Review*, 10(4), 505-525.
- Labadessa, E., Rosini, A. M., Palmisano, A., & Conceição, M. M. (2020). Boa governança hospitalar: ajustes planejados para resultados na melhoria do atendimento público aos pacientes. *Research, Society and Development*, 9(2), e06921587.
- Lee-Geiller, S., & Lee, T. D. (2019). Using government websites to enhance democratic E-governance: A conceptual model for evaluation., *Government Information Quarterly*, 36, 208-225.
- Lindsay, C., Osborne, S. P.; & Bond, S. (2014). The “new public governance” and employability services in an era of crisis: challenges for third sector organizations in Scotland. *Public Administration*, 92(1), 192-207.
- Lynn, L. E., Jr; & Malinowska, A. (2018). How are patterns of public governance changing in the US and the EU? It's complicated. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 20 (1), p. 36-55.
- Meijer, A. (2015a). E-governance innovation: Barriers and strategies. *Government Information Quarterly*, 32, 198-206.
- Meijer, A. (2015b). Government Transparency in Historical Perspective: From the Ancient Regime to Open Data in The Netherlands. *International Journal of Public Administration*, 38(3), 189-199.
- Meneguzzo, M. (1997) De la New Public Management a la Public Governance: el péndulo de la investigación acerca de la Administración Pública. *Gestión y análisis de políticas públicas*, 10, 33-42.
- Osborne, S. P. (2006) The new public governance? *Public Management Review*, 8(3), 377-387.
- Osborne, S. P. (2010) The introduction. The (New) Public Governance: a suitable case for treatment? In: Osborne SP, editor. *The New Public Governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance*. London: Routledge.
- Pestoff, V. (2011). Co-Produção, nova governança pública e serviços sociais no Terceiro Setor na Europa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 15-24.
- Pestoff, V., & Brandsen, T. (2010) Public Governance and the Third Sector: Opportunities for Coproduction and Innovation. In *The New Public Governance? Emerging Perspectives on Theory and Practice of Public Governance*, edited by Stephen p. Osborne, p. 223-236. Routledge.
- Romansky, R., & Noninska, I. (2020). Business virtual system in the context of e-governance: Investigation of secure access to information resources. *Academic Paper*. Journal Public Affairs, p. 1-10.
- Ronconi, L. (2011). Governança pública: um desafio à democracia. *Revista Emancipação*. Ponta Grossa, 11(1), 21-34.
- Rosenau, J. N. (1992). Governance, Order and Change in World Politics. In James N. Rosenau and Ernst-Otto Czempiel (eds) *Governance without Government: Order and Change in World Politics*, p. 1-29. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sorensen, E. & Torfing, J. (2015). Enhancing public innovation through collaboration, leadership and New Public Governance. In: Nicholls, A., Simon, J. and Gabriel, M. (eds) *New Frontiers in Social Innovation Research*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 145-169.
- Stoker, G. (1998). Governance as theory: five propositions. *International Social Science Journal*, 50(155): 17-28.
- Torfing, J., & Triantafyllou, P. (2013). What's in a name? Grasping New Public Governance as a Political-Administrative System. *International Review of Public Administration*, 18(2), 9-25.
- Tybel, D. (2018). *Tipos de Revisão de Literatura*. Recuperado de <https://guiadamonografia.com.br/tipos-de-revisao-de-literatura/>
- Xavier, T. R. Totti, K. A. S., & Raddatz, S. M. F. (2021). Aplicação do Programa de Regionalização do Turismo em uma instância de governança regional no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Turismo, Visão e Ação do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria – Mestrado e Doutorado, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)*. 23(1), 86-109.
- Wildberger, M., & Gileá, J. (2020). Post-New Public Management, governança e controle externo: um diálogo necessário. *Research, Society and Development*, 9(8), e1000986647.